

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Renova Comercializadora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renova Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ) - Renova Energia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, às demonstrações contábeis, a Controladora Renova Energia S.A. e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

A Controladora Renova Energia S.A., celebrou também novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, no dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Renova Energia S.A. e suas controladas, incluindo a Companhia ("Grupo Renova Energia"), que tramita sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial"). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com Partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº8, às demonstrações contábeis, parte substancial do custo com compra de energia da Companhia são efetuadas com partes relacionadas, de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Compromissos futuros - Marcação a mercado dos contratos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº9, às demonstrações contábeis, os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados pela Companhia são mensurados ao valor justo, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços forward calculada por empresa independente. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço forward é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R\$ 52.493. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2025.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.960	123	Fornecedores	6	51.911	48.706
Aplicações financeiras	3	5.145	5.180	Tributos a recolher	7	842	5.850
Contas a receber de clientes	4	39.185	26.502	Salários, encargos e férias a pagar		639	-
Adiantamentos a fornecedores		534	1.859	Adiantamentos de clientes		265	-
Tributos a recuperar	5	716	8.540	Compromissos futuros	9	76.712	33.477
Outros créditos		31	-	Partes relacionadas	8	5.059	1.421
Compromissos futuros	9	63.415	52.443	Total do passivo circulante		135.428	89.454
Total do ativo circulante		111.986	94.647				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Compromissos futuros	9	213.868	305.489	Fornecedores	6	51.373	20
				Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	39.123	56.971
				Compromissos futuros	9	85.503	156.894
				Partes relacionadas	8	9	872
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	-	51.682
				Total do passivo não circulante		176.008	266.439
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		667.141	667.141
				Prejuízos acumulados		(652.723)	(622.898)
				Total do patrimônio líquido		14.418	44.243
TOTAL DO ATIVO		325.854	400.136	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		325.854	400.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	12	209.274	145.318
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia		(182.928)	(141.474)
Custo de operação		(388)	(47)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(131)	(12)
Total dos custos dos serviços	13	(183.447)	(141.533)
Compromissos futuros marcação a mercado	9	(52.493)	167.560
RESULTADO BRUTO		(26.666)	171.345
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(17.875)	(2.384)
Outras receitas (despesas) líquidas		(24)	623
Total	13	(17.899)	(1.761)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(44.565)	169.584
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		815	551
Despesas financeiras		(1.839)	(2.194)
Total	14	(1.024)	(1.643)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(45.589)	167.941
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.083)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		17.847	(55.526)
Total	15	15.764	(55.526)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.825)	112.415
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)		(0,05)	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(29.825)	112.415
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(29.825)</u>	<u>112.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		528.345	(735.313)	(206.968)
Aumento de capital social - com emissão de ações		529	-	529
Aumento de capital social - com conversão de mútuo		138.267	-	138.267
Lucro líquido do exercício		-	112.415	112.415
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		667.141	(622.898)	44.243
Prejuízo do exercício		-	(29.825)	(29.825)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11	667.141	(652.723)	14.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(29.825)	112.415
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	8	14	2.258
Juros sobre contas a pagar		1.789	-
Compromissos futuros marcação a mercado	9	52.493	(167.561)
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	(51.682)	-
Juros sobre aplicações financeiras		(697)	(576)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(12.683)	(11.373)
Adiantamentos a fornecedores		1.325	(1.859)
Tributos a recuperar		7.824	(8.280)
Outros créditos		(31)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		52.862	15.720
Tributos a recolher		(4.413)	86
Salários e férias a pagar		639	-
Adiantamento de clientes		265	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		(17.848)	56.971
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(688)	(41)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(656)</u>	<u>(2.240)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		732	(322)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>732</u>	<u>(322)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		2.761	(14.504)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>2.761</u>	<u>(14.504)</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>2.837</u>	<u>(17.066)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	123	17.189
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	2.960	123
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>2.837</u>	<u>(17.066)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo – SP, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora direta Renova Energia S.A. e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Controladora Renova Energia S.A. e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2023	Juros	Pagamentos	Adição	Saldo em 31/12/2024
Classe III - credores quirografários	21	3.464	(4.558)	50.000	48.927

Classes	Saldo em 31/12/2022	Juros	Pagamentos	Capitalização	Saldo em 31/12/2023
Classe III - credores quirografários	549	2	(1)	(529)	21

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$29.825 (2023, um lucro líquido de R\$112.415), e possui prejuízos acumulados de R\$652.723 (Em 31 de dezembro de 2023, R\$622.898), bem como capital circulante líquido no montante negativo de R\$23.442 (Em 31 de dezembro de 2023, R\$5.193).

Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2023, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores, em outubro de 2024 os assessores em conjunto com a Companhia concluíram a avaliação e o alinhamento estratégico.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios. Assim, estas demonstrações foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma, foi aprovada pela diretoria, em 31 de março de 2025, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedor (nota 6); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

c) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

a) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 10.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 16.

c) Contrato oneroso

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados e ainda não adotados

2.5.1 IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

2.5.2 IFRS 19

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes.

A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	180	123
Aplicações financeiras	5.145	5.180
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.780	-
Total	8.105	5.303
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.960	123
Aplicações financeiras	5.145	5.180
Total	8.105	5.303

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa remunerados a taxa média de 96,57% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Comercialização Mercado livre	20.328	19.363
Partes relacionadas	18.857	7.139
Total	39.185	26.502

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 12 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a Compensar	21	151
COFINS a recuperar	-	5.623
PIS a recuperar	-	1.221
Saldo negativo de IRPJ a Compensar	688	-
Outros impostos a compensar	7	-
IRPJ Estimativa a Compensar	-	1.137
CSLL Estimativa a Compensar	-	408
Total	716	8.540

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS e COFINS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia para revenda. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2025 e 2026.

6. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores partes relacionadas	38.750	39.938
Fornecedores	15.608	8.767
Fornecedores recuperação judicial	48.926	21
Total	103.284	48.726
Apresentados como:		
Circulante	51.911	48.706
Não circulante	51.373	20
Total	103.284	48.726

7. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a pagar	309	-
CSLL a pagar	138	-
COFINS a recolher	197	4.541
PIS a recolher	42	985
INSS a recolher	29	-
FGTS a recolher	17	5
IRRF sobre folha	88	-
Tributos sobre operações de mútuo	1	359
Tributos retidos de terceiros	21	-
TOTAL	842	5.890

Os saldos de PIS e COFINS a recolher decorrem do resultado da apuração pela Companhia em decorrência das receitas de comercialização de energia elétrica.

Os saldos de IRPJ e CSLL decorrem do lucro real obtido no quarto trimestre de 2024.

8. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivo		Resultado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Resultado Operacional		Resultado Financeiro	
					31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mútuo								
Renova Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(3)	(2.253)
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	-	-	(1)	872	-	-	(5)	(5)
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	-	-	10	-	-	-	(1)	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(3)	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	(1)	-
	-	-	9	872	-	-	(14)	(2.258)
Adiantamento fornecedor								
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	140	882	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	-	607	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pau D'Agua S.A.	370	370	-	-	-	-	-	-
	510	1.859	-	-	-	-	-	-
Rateios de despesa ^(b)								
Renova Energia S.A.	-	-	5.059	1.421	(9.869)	(1.318)	-	-
Alto Sertão III								
Venda de energia	-	-	-	-	31.830	9.201	-	-
Compra de energia	18.857	7.139	38.750	39.938	(141.446)	(133.698)	-	-
	18.857	7.139	38.750	39.938	(109.616)	(124.497)	-	-
Total	19.367	8.998	43.818	42.231	(119.485)	(125.815)	(14)	(2.258)
Apresentados como:								
Ativo								
Clientes partes relacionadas (Nota 4)	18.857	7.139	-	-				
Adiantamento de fornecedor	510	1.859	-	-				
Total circulante	19.367	8.998	-	-				
Passivo								
Fornecedores partes relacionadas (Nota 6)	-	-	38.750	39.938				
Partes relacionadas	-	-	5.059	1.421				
Total circulante	-	-	43.809	41.359				
Partes relacionadas (Nota 8)	-	-	9	872				
Total não circulante	-	-	9	872				
Total	19.367	8.998	43.818	42.231				

8.1 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Mútuos – refere-se a recursos recebidos da controladora com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR e sem garantias reais.
- b) Adiantamento de fornecedor – adiantamentos referentes a compra de energia.
- c) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

8.2 Movimentação

	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.806
Adição	2.026
Amortização	(16.530)
Encargos financeiros provisionados	2.258
Conversão de mútuo em Capital Social	(138.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.293</u>
Adição	12.448
Amortização	(9.687)
Encargos financeiros provisionados	14
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5.068</u>

8.3 Remuneração de pessoal chave da administração

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (c) acima.

9. COMPROMISSOS FUTUROS

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços forward calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço forward é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R\$52.493.

				31/12/2024
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	63.415	(76.712)	(13.297)	(32.263)
Não circulante	213.868	(85.503)	128.365	(20.230)
	<u>277.283</u>	<u>(162.215)</u>	<u>115.068</u>	<u>(52.493)</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(94.276)	55.153	(39.123)	17.848
				31/12/2023
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	52.443	(33.477)	18.966	18.965
Não circulante	305.489	(156.894)	148.595	148.595
	<u>357.932</u>	<u>(190.371)</u>	<u>167.561</u>	<u>167.561</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(121.697)	64.726	(56.971)	(56.971)

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A Companhia e a Light Comercializadora de Energia S.A ("Light Com"), se compuseram para extinção de todas as demandas que estavam pendentes acerca da rescisão do Contrato Light I. Diante da composição as ações foram reclassificadas como remotas e excluídas após o arquivamento dos autos, considerando a inclusão no quadro geral de credores do crédito de R\$50 milhões em favor da Light Com, Classe III.

O saldo da provisão foi transferido para a conta de fornecedores no passivo não circulante, vide nota 6.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é de R\$667.141 está representado por 667.141.365 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 02 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$529, mediante a emissão de 529.236 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia conforme previsto no "Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito", no valor de R\$529.

Em 31 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$138.267, mediante a emissão de 138.267.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização dos créditos de mútuo detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia, no valor de R\$138.267.

11.2 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(29.825)	112.415
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>551.934</u>	<u>551.934</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u>(0,05)</u>	<u>0,20</u>

12. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Comercialização		
Operações - comercialização de energia elétrica	230.575	160.130
Deduções s/ receitas:		
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)	(21.301)	(14.812)
Total	<u>209.274</u>	<u>145.318</u>

13. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos		
Compra de energia ⁽¹⁾	182.928	141.474
Custo de operação		
Taxas	388	47
Encargos de uso do sistema de distribuição	<u>131</u>	<u>12</u>
Total custo de operação	519	59
Despesas		
Gerais e administrativas		
Pessoal e administradores	5.849	1.204
Serviços de terceiros	10.820	947
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 10)	-	103
Outras despesas	<u>1.206</u>	<u>130</u>
	17.875	2.384
Outras receitas (despesas) líquidas		
Outras despesas (receitas)	24	(622)

(1) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	697	576
Outras receitas financeiras	158	2
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	(40)	(27)
Total das receitas financeiras	<u>815</u>	<u>551</u>
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 8)	(14)	(2.259)
IOF	(26)	4
Juros	(1.789)	70
Outras despesas financeiras	(10)	(9)
	<u>(1.839)</u>	<u>(2.194)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.024)</u>	<u>(1.643)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(45.589)	167.940
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>15.500</u>	<u>(57.100)</u>
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(129)	(129)
<u>Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:</u>		
Utilização de crédito de base negativa para pagamento parcial de dívida tributária - QuitaPGFN (*)	-	1.444
Provisões temporárias	(422)	328
Prejuízo fiscal e base negativa	903	(69)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>15.852</u>	<u>(55.526)</u>
IR e CS Correntes	(2.083)	-
IR e CS Diferidos	17.847	(55.526)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>15.764</u>	<u>(55.526)</u>

Nota (*): A Companhia e sua controlada Renova Comercializadora utilizaram créditos decorrentes de base de cálculo negativa CSLL, para quitação antecipada de parte da dívida de tributos em parcelamento, por meio do programa Quita PGFN.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	2.960	123	2.960	123
Aplicações financeiras	5.145	5.180	5.145	5.180
Contas a receber	39.185	26.502	39.185	26.502
Compromissos futuros	63.415	52.443	63.415	52.443
Não circulante				
Compromissos futuros	213.868	305.489	213.868	305.489
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	51.911	48.706	51.911	48.706
Partes relacionadas	265	-	265	-
Compromissos futuros	76.712	33.477	76.712	33.477
Não circulante				
Fornecedores	51.373	20	51.373	20
Partes relacionadas	9	872	9	872
Compromissos futuros	85.503	156.894	85.503	156.894

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.960	-	123	-
Aplicações financeiras	5.145	-	5.180	-
Contas a receber de clientes	-	39.185	-	26.502
Compromissos futuros	63.415	-	52.443	-
Não circulante				
Compromissos futuros	213.868	-	305.489	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	51.911	-	48.706
Partes relacionadas	-	265	-	-
Compromissos futuros	76.712	-	33.477	-
Não circulante				
Fornecedores	-	51.373	-	20
Partes relacionadas	-	9	-	872
Compromissos futuros	85.503	-	156.894	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 Encerramento da Recuperação Judicial

A controladora direta Renova Energia S.A. e suas controladas, incluindo a Companhia, em conformidade com o artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em complemento ao Fato Relevante divulgado em 31 de outubro de 2024 pela controladora, referente aos Novos Aditamentos, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Renova Energia S.A. e suas controladas, incluindo a Companhia (“Grupo Renova Energia”), que tramita sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”).

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação do Grupo Renova, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite a Companhia a operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento da classe III de seus credores quirografários.